



Prefeitura Municipal de Santa Leopoldina

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Gabinete do Prefeito

CÂMARA MUNICIPAL DE
SANTA LEOPOLDINA

Protocolo nº _____

Data 30 08 23

[Assinatura]
Protocolista

MENSAGEM Nº 027/2023

Santa Leopoldina/ES, 30 de Agosto de 2023.

Ao: Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Municipal de Santa Leopoldina, Estado do Espírito Santo.

Segue em anexo, o Projeto de Lei visando aperfeiçoar a prestação de seus serviços através da cooperação entre a Administração Pública Direta e a autarquia.

Atualmente o Município conta com a Lei nº 620/1989 que autoriza a cessão de Servidores, sem ônus a Municipalidade, a outros órgãos. Contudo, entende-se que não atende as especificidades do IPSL.

A Lei Municipal nº 1.424/2012 que reestruturou o IPSL prevê que sua diretoria deve ser composta de um Diretor-Presidente, um Diretor Administrativo e Financeiro e um Diretor Previdenciário, escolhidos dentre os servidores titulares de cargo efetivo do Município, demissíveis ad nutum, e fazem jus a gratificação. Além disso, eventualmente, faz-se necessário recursos humanos para prestar apoio técnico-administrativo na execução dos serviços da autarquia.

Objetiva o presente projeto a criação de Lei específica para tratar da cessão de servidores públicos municipais para essa autarquia, visando a cooperação e o melhor aproveitamento de recursos financeiros e humanos, através da cessão de servidores com ônus para o cedente. Trazendo assim, benefícios não apenas a autarquia, mas, em última análise, a todos os servidores públicos municipais ativos, inativos e pensionistas. Logo, existe evidente interesse da Administração Direta Municipal na efetivação da cessão e o Projeto de Lei atende ao interesse público.



Prefeitura Municipal de Santa Leopoldina

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Gabinete do Prefeito

Certos da valiosa atenção de Vossa Excelência e demais Vereadores,
desde já agradecemos.

Atenciosamente,


ROMERO LUIZ ENDRINGER
Prefeito Municipal



Prefeitura Municipal de Santa Leopoldina

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Gabinete do Prefeito

JUSTIFICATIVA

Ao: Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Municipal de Santa Leopoldina, Estado do Espírito Santo.

Ao cumprimentá-lo com distinta consideração, encaminho à apreciação desse egrégio Poder Legislativo o Projeto de Lei Nº ____/2023 que **"Dispõe sobre a autorização para o Poder Executivo Municipal ceder servidores públicos efetivos, a título de cooperação, ao Instituto de Previdência de Santa Leopoldina"**.

Este Projeto de Lei foi desenvolvido pelo Instituto de Previdência de Santa Leopoldina visando aperfeiçoar a prestação de seus serviços através da cooperação entre a Administração Pública Direta e a autarquia.

A cessão é ato administrativo discricionário e precário que possibilita o afastamento temporário de servidor público, titular de cargo efetivo, para exercer atividades de direção, chefia e assessoramento ou para atender a determinadas situações excepcionais em outro órgão ou entidade da administração (direta ou indireta), da mesma esfera de governo ou de esfera distinta, com o objetivo de promover a cooperação entre as Administrações.

O Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo recomenda que a cessão de servidores e as regras remuneratórias sejam regulamentadas em legislação local. Destaca-se que no Parecer TC-002/2018, de Relatoria do Conselheiro Domingos Augusto Taufner, restou consignado que:

1.2.1. Havendo previsão legal, o servidor público ou empregado público que passar a exercer o cargo de Secretário Municipal ou Estadual, ou equiparado a estes poderá optar pela: 1.2.1.1 Percepção exclusiva do subsídio de Secretário Estadual ou



Prefeitura Municipal de Santa Leopoldina

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Gabinete do Prefeito

Municipal; ou 1.2.1.2 Remuneração ou salário do cargo/emprego de origem; ou **1.2.1.3 Remuneração/salário de origem, acrescida de percentual do subsídio ou de valor fixo, caso na lei local exista essa possibilidade para servidor ou empregado público que ocupem cargo em comissão**, aplicando-se analogicamente aos que ocuparem cargos de Secretário Estadual ou Municipal, ressaltando que o referido percentual ou valor fixo deve ser inferior ao subsídio de Secretário Estadual ou Municipal. 1.3. No tocante à decisão discricionária do ente de autorizar ou não cessão de seu servidor, são necessários: **1.3.1 Previsão em lei, dispondo inclusive, a quem caberá o ônus de pagamento do servidor cedido, bem como a responsabilidade pelo respectivo recolhimento das contribuições previdenciárias;** 1.3.2 A formalização do ato administrativo que poderá ser realizado por convênio ou instrumento congênere; 1.3.3 A fixação de prazo de duração da cessão; 1.3.4 A autorização máxima do órgão ou entidade cedente. **1.3.5 Existindo disposição legal regulamentando a cessão, deve haver também comando normativo dispondo acerca do pagamento da gratificação pelo exercício do cargo em comissão pelo servidor cedido.** (...)

Atualmente o Município conta com a Lei nº 620/1989 que autoriza a cessão de Servidores, sem ônus a Municipalidade, a outros órgãos. Contudo, entende-se que não atende as especificidades do IPSL.

A Lei Municipal nº 1.424/2012 que reestruturou o IPSL prevê que sua diretoria deve ser composta de um Diretor-Presidente, um Diretor Administrativo e Financeiro e um Diretor Previdenciário, escolhidos dentre



Prefeitura Municipal de Santa Leopoldina

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Gabinete do Prefeito

os servidores titulares de cargo efetivo do Município, demissíveis ad nutum, e fazem jus a gratificação. Além disso, eventualmente, faz-se necessário recursos humanos para prestar apoio técnico-administrativo na execução dos serviços da autarquia.

Nesse contexto, a cooperação e o melhor aproveitamento de recursos financeiros e humanos, através da cessão de servidores com ônus para o cedente, traz benefícios não apenas a autarquia, mas, em última análise, a todos os servidores públicos municipais e pensionistas. Logo, existe evidente interesse da Administração Direta Municipal na efetivação da cessão e o Projeto de Lei atende ao interesse público.

Considerando as disposições da Lei Municipal nº 1.424/2012, as orientações do TCE e, especialmente, as limitações financeiras do IPSL, justifica-se a apresentação deste Projeto de Lei específico para tratar da cessão de servidores públicos municipais para a essa autarquia, bem como que os ônus decorrentes da remuneração e encargos sociais do servidor cedido permaneça sendo suportado pelo órgão cedente.

Por todo o exposto e confiante na compreensão de Vossa Excelência e dos demais vereadores, solicito que a matéria seja apreciada em **REGIME DE URGÊNCIA**, nos termos do artigo 49 da Lei Orgânica do Município.

Atenciosamente,


ROMERO LUIZ ENDRINGER
Prefeito Municipal



Prefeitura Municipal de Santa Leopoldina

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Gabinete do Prefeito

PROJETO DE LEI Nº 036 /2023.

Câmara Municipal de
Santa Leopoldina

APROVADO

em 25

10

23


PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL

**DISPÕE SOBRE A AUTORIZAÇÃO
PARA O PODER EXECUTIVO
MUNICIPAL CEDER SERVIDORES
PÚBLICOS EFETIVOS, A TÍTULO DE
COOPERAÇÃO, AO INSTITUTO DE
PREVIDÊNCIA DE SANTA
LEOPOLDINA.**

**O PREFEITO MUNICIPAL DE SANTA LEOPOLDINA, ESTADO DO
ESPÍRITO SANTO.**

**FAÇO SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL APROVOU E EU
SANCIONO A SEGUINTE LEI:**

Art. 1º - Para atender o interesse da administração pública, o Poder Executivo Municipal fica autorizado a ceder, por tempo determinado, servidor efetivo para o Instituto de Previdência de Santa Leopoldina (IPSL).

§ 1º A cessão é o ato administrativo discricionário pelo qual o Chefe do Poder Executivo Municipal permite o afastamento temporário do servidor público municipal de seu órgão de origem para exercer cargo de direção, chefia e assessoramento ou atender situações excepcionais na entidade da administração indireta.

§ 2º Com a cessão de servidor público, o Poder Executivo Municipal tem por finalidade cooperar no cumprimento de demandas administrativas e suprir eventual carência de recursos humanos do IPSL.

Art. 2º - Ressalvadas as hipóteses de nomeação para exercício de cargo em comissão, o servidor cedido não poderá desempenhar atividades incompatíveis com as atribuições de seu cargo na entidade concessionária.



Prefeitura Municipal de Santa Leopoldina

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Gabinete do Prefeito

Art. 3º - Não será permitida a cessão de servidor investido exclusivamente em cargo em comissão ou em designação temporária.

Art. 4º - A cessão de servidor municipal para o IPSL ocorrerá por meio do Termo de Cessão, a ser publicado no Diário Oficial dos Municípios, que deverá conter a identificação do órgão/entidade cedente e do órgão/entidade cessionária, identificação do servidor a ser cedido, motivação para o ato, as atribuições do servidor cedido no órgão/entidade de destino, prazo da cessão.

Art. 5º - Os ônus relativos à remuneração, aos encargos sociais e às gratificações previstas nos parágrafos 4º e 5º do artigo 11 da Lei nº 1.424, de 29 de outubro de 2012, devidas ao servidor cedido serão suportados pelo órgão cedente, em razão do relevante interesse público e social da medida.

Parágrafo Único. Aplica-se as disposições do caput deste artigo aos servidores que se encontram cedidos ao IPSL, devendo a Administração Direta assumir o ônus a partir da data da entrada em vigor desta lei.

Art. 6º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 7º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Santa Leopoldina/ES, 30 de Agosto de 2023.


ROMERO LUIZ ENDRINGER
Prefeito Municipal